



SIPETROL

FILIADO A:
CUT

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE SÃO PAULO - Nº 107 SET/2007

CAMPANHA SALARIAL

Sindigás mais uma vez decepciona e acordo não é fechado

No último dia 19 de setembro, nosso Sindicato, juntamente com as federações Nacional e Estadual dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo e seus sindicatos filiados, tiveram a 3ª rodada de negociação com o Sindigás - Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo.

Porém, o sindicato patronal continua intransigente, decepcionando os trabalhadores com propostas absurdas. Dessa vez eles ofereceram:

- 4,2% de reajuste para quem ganha até R\$ 1,100,00
- 4% de reajuste para quem ganha acima de R\$ 1,100,00
- Auxílio creche: R\$ 120,00
- Brigada de Incêndio: R\$ 55,00

Essa proposta de reajuste, que foi prontamente rejeitada pelos sindicalistas e até pelos trabalhadores nas assembleias já realizadas pelo Brasil, não repõe nem a inflação do período, que ficou entre 4,41% segundo o Dieese e 4,82% segundo o IBGE.

Além disso, não fizeram alteração na PLR, nem no tíquete, alegando que os atuais R\$ 12,50 davam “perfeitamente para o trabalhador comer em qualquer lugar do país”. Será que os “patrões” almoçam com apenas R\$ 12,50 por dia????

Os únicos pontos já acertados foram o auxílio creche e a Brigada de Incêndio.

A próxima rodada de negociação, está marcada para os dias 4 e 5 de outubro, em São Paulo. Nessa ocasião, iremos continuar brigando pela nossa proposta:

Aumento de	7,86%
Tíquete	R\$ 15,00
Cesta Básica	R\$ 200,00
Cesta Extra	R\$ 200,00
PLR	1,8 salário base

2 novos pisos para ajudantes:
R\$ 836,39 + 30% de periculosidade
R\$ 646,38 + 30% de periculosidade

SEM PRESSÃO

NÃO TEM REPOSIÇÃO!



CAMPANHA SALARIAL DOS TRABALHADORES EM DERIVADOS DE PETRÓLEO

“Vamos nos mobilizar e mostrar para eles nossa força. Não podemos aceitar calados que nossos salários minguem dessa maneira, não sendo repassados nem a inflação do período. Vamos realizar paralizações e greves - por tempo indeterminado - se for preciso, para sermos respeitados!”

José Floriano, presidente do Sipetrol

Editorial

Lei Maria da Penha

No último dia 7 de agosto, a lei da Maria da Penha completou um ano. Essa lei veio como uma resposta do Estado a covardes agressores de mulheres. Essas vítimas não contavam com uma lei forte para protegê-las e assim, vivam anos sob jugo de maridos violentos, sem coragem nem apoio para denunciarem seus agressores.

Ela foi sancionada em 7 de Agosto de 2006 pelo presidente Lula e aumentou no rigor das punições das agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. A lei entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006, e já no dia seguinte o primeiro agressor foi preso, no Rio de Janeiro, após tentar estrangulá-la.

O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha



Maia que foi agredida pelo marido durante seis anos. Em 1983, por duas vezes, ele tentou assassiná-la. Na primeira com arma de fogo deixando-a paraplégica e na segunda por electrocução e afogamento. O marido de Maria da Penha só foi punido depois de 19 anos de julgamento e ficou apenas dois anos em regime fechado.

A lei Maria da Penha alterou o Código Penal brasileiro, possibilitando que agressores de mulheres sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada e não mais possam cumprir penas alternativas. A legislação também aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos e prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida e filhos.

Desenvolvimento Econômico rejeita uso de GLP em motores

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio rejeitou em 05.09 o Projeto de Lei 5883/05, do deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), que descriminaliza o uso de gás liquefeito de petróleo (GLP) em motores de qualquer espécie, saunas, caldeiras e aquecimento de piscinas.

Atualmente, o uso do GLP para esses fins, bem como para fins automotivos, é crime contra a ordem econômica e sujeita o infrator à pena de detenção de um a cinco anos. A proposta pretende alterar a Lei 8176/91 para determinar que somente o uso de GLP para fins automotivos, em desacordo com a legislação, continuará sendo crime contra a ordem econômica.

Restrição

A votação seguiu o parecer do relator, deputado Jurandil Juarez (PMDB-AP). Ele observa que se verifica, desde 2000, uma queda substancial das importações líquidas de GLP, o que implica redução da dependência externa do produto.

No entanto, ele destaca que no segundo semestre de 2006 foi constatada uma recuperação, ainda que incipiente, dos volumes importados, o que demonstra ser razoável a manutenção da restrição à utilização de GLP para determinados fins.

Outro ponto importante, segundo ele, é que houve um aumento de preços para o consumidor do botijão, entre 2001 e 2003, que possivelmente levou a uma redução do consumo do

produto, especialmente nas classes de menor renda - que contam com a lenha como substituto mais barato.

“Cabe proteger tais consumidores, reservando-lhes uma maior parte do consumo nacional de GLP”, argumenta. “Não há dúvida de que o GLP é um combustível cuja utilização causa impacto sobre a economia nacional. Seu abastecimento afeta diretamente todos os segmentos da sociedade”, acrescenta.

Tramitação

O projeto, que já foi aprovado pela Comissão de Minas e Energia, ainda precisa ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário da Câmara.

Íntegra da proposta: - PL-5883/2005

Fonte: Agência Câmara

Expediente

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Sede Central

Rua Carlos Petit, 261
Vila Mariana - São Paulo - SP
Cep: 04110-000
Fone/Fax: (11) 5549-1244
e-mail: sipetrol@terra.com.br

Subsede Guarulhos

Rua José Bernardo de Medeiros, 144
Jd. Santa Francisca - Guarulhos - SP
Cep: 07013-050
Fone: (11) 6409-3024

Subsede Jundiaí

Av. Fernando Arens, 901
Vila Arens - Jundiaí - SP
Cep: 13202-571
Fone: (11) 4817-1621

Subsede Osasco

Rua Gasparino Lunardi, 314
Km 18 - Osasco - SP
Cep: 06110-260
Fone: (11) 3681-7619
e-mail: sipetrolosasco@terra.com.br

Subsede Bauru

Rua Beirute, 4-77
Bauru - SP - Cep: 17060-100
Fone/Fax: (14) 3232-3260

Subsede Piracicaba

Rua Alferes José Caetano, 1944
Centro - Piracicaba - SP
Cep: 13400-126
Fones: (19) 3434-3415 /
(19) 3434-3834 / (19) 3434-5901

Subsede Sorocaba

Av. 31 de Março, 354
Centro - Votorantim - SP
Cep: 18100-005
Fones: (15) 3343-3319

Diretor Responsável

José Floriano da Rocha

Redação, Edição e Editoração

Nova Onda Comunicação
Jornalista Responsável: Jeferson
Martinho - MTB 31886
Fone/Fax: 3654-4172 / 3654-4177
http://www.novaondanet.com.br

Mande sua carta o **PetroLuta**.
Entregue na sede ou subsedes, ou mande pelo correio. Rua Carlos Petit, 261 - Vila Mariana - São Paulo - SP - Cep: 04110-000
Acesse o nosso site
www.sipetrol.org.br

Ultragaz ainda não abriu negociações

A Ultragaz não se manifestou quanto às negociações da data base até o momento. Isso caracteriza descaso por parte da mesma, pois dentro do setor, que também tem data base em setembro, já há empresas negociando (BR e Sindigás, que já possuem agenda para a terceira e quarta rodada de negociações).

PLR

No dia 18 de julho desse ano estivemos reunidos com a empresa, onde mais uma vez saímos insatisfeitos com a proposta de PLR apresentada.

A reivindicação continua sendo: **2 salários base e 1/2 + periculosidade.**

BR tem nova rodada de negociação

No dia 20/09, os representantes dos trabalhadores de todo o Brasil se reuniram com a BR Distribuidora no Rio de Janeiro e reiteraram a necessidade de que o Plano de Cargos contemple os mesmos avanços obtidos pelos empregados da Petrobrás na revisão do PCAC, e solicitaram que a BR se posicione claramente a respeito na próxima reunião que se realizará no dia 08/10.

Tendo em vista a relevância da questão do Plano de Cargos e Salários, as entidades sindicais pretendem priorizar tal discussão deixando para

Recursos Humanos da BR preparam Plano de Carreira

A GRH (Gerência de Recursos Humanos da BR Distribuidora) apresentou às Entidades Sindicais o cronograma do estudo do PCAC para nível médio e superior, cuja previsão de encerramento de estudos é 30/12/2007.

Os Sindicatos questionaram tamanha demora e resolveram levar o assunto para conhecimento da Presidente Maria da Graça Foster.

No último dia 3/9 tivemos uma reunião com a Presidente onde o assunto foi apresentado tendo a Presidente na ocasião determinado à GRH que agilizasse o assunto.

Fiquem atentos, companheiros (as), pois essa será mais uma luta que teremos

Estamos abertos à negociações, porém, deixamos claro que o modelo apresentado pela empresa não é de interesse da categoria, haja vista que outras empresas tem pago até 1,4 salários á título de PLR.

No dia 15.08.07 a empresa pagou a primeira parcela da PLR, no percentual de 37%, na capital. Por ainda foi o índice pago no interior de 33%, valores esses que decepcionaram a todos, visto que esperávamos pelo menos o índice de 50%.

“Fica aqui manifestado, mais uma vez, o nosso protesto”, finaliza o diretor Miguel Eduardo.

etapa posterior a continuidade das negociações do ACT 07/08.

As conversações sobre o Plano de Cargos e Salários continuaram no dia 21/09, quando os representantes dos trabalhadores se reuniram com a Presidente e também trataram dos assuntos pendentes da 1ª rodada de negociações (exceto as cláusulas econômicas)

A partir do dia 24 de setembro o SIPETROL SP estará na porta de todas as bases e terminais para avaliarmos as propostas da BR, e consequentemente nossos próximos passos.

que travar com a Empresa no sentido de estender o PCAC da Petrobras para a BR Distribuidora, a exemplo do que já ocorreu com as demais subsidiárias.

Sipetrol marca presença em ato público realizado em Brasília

No mês de agosto a CUT – Central Única dos Trabalhadores, a nossa central sindical, organizou em Brasília um ato público contra a chamada Emenda 3, que criou a Super Receita. A emenda limita a fiscalização do Ministério do Trabalho proibindo os auditores de multar e também estimula a contratação por nota fiscal, ou seja, sem a proteção da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Nosso Sindicato, junto com o Sindicato dos Frentistas de Bauru, marcou presença na manifestação, representado pelo companheiro Bugrão, que é de Bauru.



Esso e Ipiranga de Bauru desobedecem Convenção Coletiva

A sub-sede Bauru do nosso Sindicato enviou ofício ao Sindicom – Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes denunciando que as empresas Esso e Ipiranga não estão cumprindo item da nossa Convenção Coletiva de Trabalho que regulamenta o trabalho aos domingos.

A nossa sub-sede foi informada de que a empresa ferroviária ALL (América Latina Logística) que efetua transporte de vagões tanques, pressiona as

empresas a efetuarem carga e descarga aos domingos. Para os diretores do Sipetrol, os trabalhadores das distribuidoras não têm nenhuma obrigação de trabalhar fora dos limites estabelecidos na CCT para equacionar as limitações operacionais da ALL.

As distribuidoras em questão já foram avisadas de que tal desrespeito é passível de fiscalização perante o Ministério do Trabalho e que se a prática continuar, as empresas serão denunciadas.

Ultra Bauru sofre fiscalização do MTB por sobrecarregar trabalhadores

A Subsele Bauru solicitou junto ao Ministério do Trabalho a realização de uma fiscalização contra a Ultragaz.

A empresa estaria praticando desvio e acúmulo de funções com seus funcionários, levando o trabalhador à

exaustão. Os patrões estão colocando os vendedores para carregar e descarregar e ainda fazer as entregas, dos seus caminhões e de terceiros.

Informado disso, o Ministério do Trabalho intermediou duas fiscalizações

na Ultragaz Bauru e determinou que a empresa se abstenha dessa prática, recomendando com urgência a contratação de mais trabalhadores para exercer as funções de carga e descarga de botijões.

Terceirização: quem ganha e quem perde

por Wagner Alves da Silva

Infelizmente, no Brasil, a terceirização não é utilizada para aumentar a competitividade, mas para redução dos custos.

No setor de revenda e distribuição de combustíveis e derivados do petróleo, tem servido apenas para a redução ou eliminação dos encargos, precarizando das relações de trabalho.

A terceirização traz consigo o aumento na informalização do trabalho, na rotatividade de mão-de-obra e na discrepância salarial. Além disso, as terceirizações ilegais remetem a outras irregularidades, como o descumprimento de normas de saúde e segurança. Assim, a terceirização acaba por gerar uma desagregação no tecido social da empresa.

O trabalhador hoje é o mais lesado. Mas as empresas que terceirizam acabam perdendo também, quando não

escolhem uma prestadora idônea, ou mesmo não fiscalizam o correto pagamento dos empregados. Nesses casos, a tomadora poderá ser condenada em eventual reclamação trabalhista.

Terceirizar por terceirizar não agrega valor ao negócio. O certo é que a contratante deve cerca-se de cuidados a fim de evitar possíveis contratemplos, pois tem responsabilidade solidária no que diz respeito aos impostos. Os governos estão cada vez mais transferindo a responsabilidade de fiscalizar e recolher os tributos para as tomadoras de serviços (é muito mais fácil fiscalizar as grandes empresas do que ficar atrás das prestadoras de serviços). Com isso, a economia obtida com a terceirização pode se perder na burocracia exigida para um bom monitoramento dos serviços contratados ou mesmo com as custas de eventuais processos.

Associados podem curtir o sol na Colônia ou no Pargos Club

O inverno já acabou. O sol está de volta. Aproveite a Primavera e venha se divertir e relaxar na Colônia de Férias ou nas várias unidades do Pargos Club.

A Colônia de Férias do Sindicato fica Praia Grande, litoral paulista, e conta com uma ótima infra-estrutura para atender os sócios e seus familiares.

Faça sua reserva diretamente na Colônia e desfrute suas férias, finais de semana ou curta um dia de lazer com uma diária bem pequena. Tele-

fone (0xx)13-3494-2782.

Se você preferir se hospedar em uma das unidades do Pargos Club do Brasil, faça já sua reserva com a **Central de Reservas**: Rua Jacareí, 39 - Conj.1212 - Bela Vista - SP - Cep: 01319-902 - Fones: (11) 3104-0292 / 3104-1529 - Fax: 3105.9567. Email: pargos@pargos.com.br. Site: www.pargos.com.br.

O Pargos solicita uma autorização do sindicato por escrito, confirmando o associado. Tire dúvidas no telefone do Sindicato: 5549-1244.

Sipetrol participa de assinatura de lei que regulamenta atividade com GLP em Guarulhos

No último dia 20 de setembro, o diretor do Sipetrol, sub-sede Guarulhos, Roberto Pacheco, participou de um café da manhã oferecido pela vereadora Luiza Cordeiro para a assinatura do projeto de lei 458/2005 que regulamenta a comercialização, armazenamento e o transporte de GLP no município de Guarulhos. A assinatura foi feita pelo prefeito da cidade, Elói Pietá.

De acordo com o projeto, a prefeitura, em conjunto com a ANP (Agência Nacional do Petróleo), irá fiscalizar se as vendas de GLP estão res-

peitando as leis federais, estaduais e municipais que regem a atividade, se têm pessoal treinado e se tem condições de armazenamento entre outros.

Qualquer acontecimento não previsto nesses estabelecimentos terão de ser comunicados à Prefeitura, Câmara e ao Sipetrol.

"Essa lei é importantíssima, não só para os trabalhadores como para toda população. Representa que o Poder Público de Guarulhos está preocupado com a segurança e bem estar dos funcionários das vendas e de toda população", afirmou Pacheco.

Seu Direito

Atenção, companheiro: faça sua Declaração de Isento do Imposto de Renda

A Declaração Anual de Isento não é um cadastramento de CPF e sim, como o próprio nome indica, uma obrigação anual. Toda pessoa física é

obrigada a prestar contas com a Receita Federal, seja por meio da Declaração de Ajuste Anual, seja pela Declaração Anual de Isento.

Quem deve apresentar a declaração?

As pessoas físicas que receberam rendimentos tributáveis, no ano de 2006, cuja soma foi inferior ou igual a R\$ 14.992,32, desde que não tenham participação em empresas.

Quem está dispensado da apresentação?

- pessoa física cujo CPF tenha sido informado como "Dependente" de algum declarante do Imposto de Renda;
- inscritos no CPF no ano de 2007;

A Declaração Anual de Isento 2007 deverá ser apresentada no período de 3 de setembro e 30 de novembro de 2007.

Liquigás implanta escola dentro da empresa

A Liquigás Osasco, em parceria com o Sesi (Serviço Social da Indústria) implantou salas de aulas dentro da empresa. O objetivo é aten-

der aos trabalhadores que ainda não concluíram o Ensino Fundamental ou o Médio.

As aulas já estão acontecendo. In-

clusive o companheiro Juraci Rodrigues Araújo, diretor do nosso Sindicato, está frequentando as aulas.

Nosso Sindicato apóia a iniciativa

da Liquigás e espera que outras empresas da base sigam o exemplo e invistam na educação de seus funcionários.